

---

# *Agriculturas empresariais e espaços rurais na globalização: abordagens a partir da América do Sul*

---

Ricardo da Silveira Carvalho<sup>1</sup>

É sempre complicado começar a escrever sobre livros que tratam de assuntos abrangentes, densos e politicamente polêmicos que, por isso e com significativa frequência, alimentam acalorados debates, como o referido no título acima. Acredito que primeiro é preciso encontrar uma chave – se possível, ideologicamente pacificadora – que permita abrir a um público maior o que nele foi lido. Neste caso, especificamente, confio que essa abertura esteja numa compreensão teórica e mais geral do processo de transformação nas dimensões produtiva e territorial dos sistemas sociais – ou das formações socioespaciais como gostaria Milton Santos, bem como numa rasa passada pelo histórico desse processo no caso da agricultura sul-americana que conduz, finalmente, ao recorte do objeto de interesse do livro. Sendo assim, acreditando nisso e imaginando ser aqui o ‘chaveiro’, arrisco o entendimento que alcancei com sua leitura.

Sucedem mudanças tecnoprodutivas que impactam de modo crescente o uso, a ocupação e, por conseguinte, a cobertura natural da terra, desde, pelo menos, que o homem planta, cria, minera etc. algo nesse mundo – “a invenção dos primeiros instrumentos fez-nos sair da evolução para entrar na cultura [...] a técnica-lebre substitui a evolução-tartaruga” (SERRES, 2003, p. 51). Em cada lugar, o que aparentemente mudou e ainda muda com o correr do tempo são os arranjos de ideias, objetos e sujeitos – velhos e novos,<sup>2</sup> endógenos e exógenos – que se territorializam, isto é,

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Florestais pela Universidade Federal de Lavras (UFLA) e professor adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: ricardo\_silveira\_carvalho@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Esse entendimento mais geral do fenômeno da mudança social me parece ideologicamente pacificado, tendo em vista que dizem praticamente a mesma coisa, primeiramente e por um lado do espectro ideológico, Marx e Engels – no *A ideologia alemã* e, décadas depois e no

combinam-se com a paisagem e ditam, em boa medida, os rumos, os ritmos e, conseqüentemente, os alcances desses processos de transformação – seja na agricultura, na pecuária, na silvicultura, na mineração, no aproveitamento energético de rios etc.

Na agricultura, especialmente nas últimas cinco décadas, diferentes Estados-Nação da América do Sul têm testemunhado e muitas vezes contribuído, espontânea e/ou coercitivamente, para a difusão de novas ideias, objetos e sujeitos que são, circularmente, agentes e resultados de profundas e crescentes modificações tecnológicas, produtivas, organizacionais e comerciais que refletiram e ainda refletem na formação e deformação de seus territórios. Parte significativa delas apontou, por exemplo, para a necessidade de transformação rápida e abrangente dos estabelecimentos rurais em empresas agropecuárias as quais, como indicado no livro, seriam idealmente guiadas pelos “estímulos de mercado, com predomínio de mão de obra assalariada, operando atividades especializadas, separando a tomada de decisão do ato produtivo e, frequentemente, aportando capital externo à atividade”.

O livro lembra, também, que esse novo ideal de funcionamento, de tipo empresarial, reflete o enquadramento paulatino e sistemático desses estabelecimentos num esquema global de geração de valor, no qual o papel reservado a eles é a produção de *commodities* em quantidades crescentes, cuja operação depende, desde então e cada vez mais, de insumos industriais indispensáveis e controlados por atores que atuam a montante e está, também, amarrada às decisões e às estratégias de atores localizados a jusante dela.

Aqueles que estão um pouco pra cá ou um pouco pra lá dos cinquenta anos, estudaram as formas iniciais desse esquema e aprenderam normalmente a chamá-lo de Complexo Agroindustrial. A partir da década de 1990, por aqui, ele passa a ser definido de uma forma geral por Agronegócio. As diversas “agriculturas empresariais” que nesse processo

---

extremo ideológico oposto, Ludwig Von Mises – sem citá-los no *Ação humana*. Na visão dos primeiros, esse processo é marcado pelo fato de que a cada etapa sua é dado “um resultado material, uma soma de forças produtivas, uma relação com a natureza e entre os indivíduos, criados historicamente e transmitidos a cada geração por aquela que a precede, uma massa de forças produtivas, de capitais e de circunstâncias [*incluídas as ambientais*], que, por um lado, são bastante modificados pela nova geração, mas que, por outro lado, ditam a ela suas próprias condições de existência e lhe imprimem um determinado desenvolvimento, um caráter específico; por conseguinte as circunstâncias fazem os homens tanto quanto os homens fazem as circunstâncias” (MARX e ENGELS, 2002, p. 36). E para o segundo, “a continuidade da evolução humana, semeando para descendência e colhendo no solo preparado e cultivado pelos ancestrais, se manifesta também na história da ciência e das ideias. Herdamos dos nossos antepassados não apenas uma provisão de vários tipos de bens [*incluídos os naturais*] que são a fonte de nossa riqueza material; herdamos também ideias e pensamentos, teorias e tecnologias, às quais nosso pensamento deve sua produtividade.” (MISES, 2015, p. 174).

se formam são o objeto que orienta o ‘faro’ do livro da introdução às considerações finais.

Então, girada a chave e com a porta aberta, nada de novo se vê neste livro (?); este estudo não desperta interesse hoje (?). Obviamente, isso não é verdadeiro e engana-se quem assim pensa, se é que existe alguém. Uso dessa afronta apenas para marcar que – como observou Foucault (2012, p. 5) e de certa forma é lembrado durante toda a leitura do livro –, na história, “existe todo um escalonamento de tipos de acontecimentos diferentes que não têm o mesmo alcance, a mesma amplitude cronológica, nem a mesma capacidade de produzir efeitos”. Sim, caro leitor, o livro descortina uma realidade a qual certifica que, indubitavelmente, esse processo de intensa transformação – animado localmente pelas “agriculturas empresariais” e em curso há, no mínimo, meio século na América do Sul – é daqueles que possuem um longo alcance no espaço e uma quase interminável capacidade de nele produzir seus efeitos no correr do tempo.

Efeitos quase sempre imprevisíveis, diga-se. Ocorre que, como todo processo de funcionamento sistêmico criado ou não pelo homem – cujas etapas são complexas, interdependentes e possuem sempre algum grau de incerteza –, esse modelo não cessa de apresentar, entre seus efeitos, certo número de propriedades emergentes – como quando partes dele que antes operavam separadas passam a funcionar conjuntamente (fusão de empresas, por exemplo) ou o contrário (emancipação de distritos em municípios, por exemplo). Deve-se ainda advertir para o fato de que, frequentemente, essas propriedades podem ser enquadradas como resultados indiretos, involuntários e/ou muitas vezes indesejáveis, quando comparadas ao que estava previsto inicialmente, no ato da deliberação das estratégias pelos diversos atores, conjunta ou separadamente.

Daí, então, a sempre renovada atualidade e a inarredável importância de discutir, em cada tempo e sob variados olhares, desde as resistências e os incentivos para ela, até os efeitos da dispersão desse padrão de organização produtiva – como efetivamente é feito nessa obra. Obra que também se ocupa da contenda sobre os novos enfoques e abordagens<sup>3</sup> teóricas, conceituais e metodológicas necessárias a esse objeto de análise que é – inerentemente – complexo e mutante. Ocupação imprescindível, afinal, olhar para os efeitos do agronegócio do século XXI pelas lentes do século XX pode ser pouco ou nada esclarecedor, por exemplo, na

---

<sup>3</sup> Talvez, não nos limitarmos a debater os enfoques e abordagens teóricas, conceituais e metodológicas para irmos, antes, refletir sobre alguns posicionamentos filosóficos – e até axiológicos – importantes, como aqueles relacionados à epistemologia (teoria geral da ciência?, por exemplo), à ontologia (teoria geral da sociedade?, por exemplo) e à teleologia (intencionalidade e/ou acaso?, por exemplo).

separação entre o que se pode captar dessa realidade e o discurso sobre ela.

Durante as duas décadas anteriores à atual, foi se solidificando, nos meios de comunicação de massa de boa parte dos países sul-americanos, a hegemonia de um discurso empresarial que louva uma visão científica a qual privilegia as virtudes desse modelo para, entre outras coisas, incluir novos produtores e “sustentar” e “alavancar” os resultados das balanças comerciais desses países – modelo quase sempre propalado como parte de um processo de “modernização”. E é exatamente agora, nesse momento de consolidação desse discurso, ao evocarem as permanentes transformações nas formas e funções do agronegócio e alguns dos seus continuados e variados efeitos, que Eve Anne Buhler, Martine Guibert e Valter Lucio de Oliveira organizam essa coletânea de trabalhos científicos que propõe, no seu bojo, uma visão contra-hegemônica sobre este fenômeno de transformação regional. Discursos como, entre outros, o do gargalo logístico brasileiro e o da ausência dos Estados nesse processo regional são relativizados com muita consistência. Talvez seja essa visão diferente um dos mais fortes motivos para abonar sua leitura.

Nela, na coletânea, os organizadores distribuíram em três partes os esforços de um grupo de 23 pesquisadores – de meia dúzia de nacionalidades diferentes e vinculados a 18 instituições de pesquisa localizadas em seis países – com formação em Geografia, Economia, Antropologia, Agronomia etc., cujos interesses recaem no Brasil, na Argentina, na Bolívia e no Uruguai, sobre temas como a governança de terras, a formação e deformação de regiões agropecuárias, o desenvolvimento e as dinâmicas rurais, as relações urbano-rurais, a extensão rural e as políticas públicas para a agropecuária, por exemplo.

Sendo mais específico, é precisamente sobre quatro dos mais evidentes e vários desdobramentos desse fenômeno de dispersão das agriculturas empresariais – os quais se fizeram sentir mais agudamente a partir do ano 2000 –, que os organizadores do livro ancoraram seu vigoroso trabalho de costurar o ânimo de fazer pretérito desses autores: “1) concentração fundiária e dos meios de produção, com crescente intervenção de atores não agrícolas; 2) maior inserção da agricultura nos circuitos financeiros; 3) adensamento da concorrência que acirra a pressão sobre os recursos produtivos em diversas escalas; e 4) transformação das relações entre rural e urbano em função, particularmente, da atuação multilocal das empresas agrícolas.”

Não muitos analistas, isoladamente, deram-se conta de todos ou de parte desses efeitos de uma forma articulada até o momento, pois, além de eles apresentarem aspectos subjacentes ao interesse particular de diversas disciplinas – com seus diferentes conceitos, teorias e métodos, grande parte dos esforços de pesquisa que se dedicaram “a pensar o

agronegócio o fez a partir de um ponto de vista macro” e buscando, predominantemente, “investigar as dinâmicas relacionadas às formas de representação política, o tipo de influência que exerce sobre a economia nacional, sua inserção em cadeias internacionais e sua relação conflitiva com a agricultura camponesa” – como assinalam os organizadores na Introdução. Não raro, continuam eles, também o fizeram abordando e pensando o agronegócio de forma “unitária e unívoca”, ou seja, em uma abordagem e pensamento próprios da escala macro, cuja distância tende a diluir as diferenças, as peculiaridades, enfim, as variáveis contextuais.

Entretanto, ao contrário do que se possa apressadamente imaginar, o livro em tela sequer sugere a irrelevância desses enfoques tratados nessa escala. Sugere, sim, a necessidade de estudos com enfoques e abordagens multidisciplinares previamente articulados e, com veemência, multiescalares. Nas palavras dos organizadores, “de baixo pra cima e de cima pra baixo”, de forma a perceber no tempo e no espaço, por exemplo, a diversidade dessas agriculturas empresariais e os processos seletivos de localização dos ativos produtivos e gerenciais, que vão impactar outros aspectos, como o processo de urbanização e, conseqüentemente, a mobilidade de trabalhadores, executivos, técnicos, matéria-prima, produtos etc.

Desse modo, a sua leitura faz despontar, repito, o imperativo de um esforço considerável de construção de novas abordagens para a análise das atuais relações estabelecidas pelas agriculturas empresariais. E, apesar de todo processo de construção exibir sempre em seu início grande incerteza quanto ao lugar em que se chegará, pode-se no livro colher a certeza de que o espaço (especialmente, mas não exclusivamente, o espaço rural), o homem (sobretudo aqueles que usam, ocupam e/ou regulamentam o uso e ocupação desse espaço) e o tempo devem ser as categorias basilares a orientá-lo.

De fato, são exatamente elas que unem, para além do objeto, os trabalhos oriundos de diversas disciplinas tão bem cosidos pelos organizadores naquelas três partes intituladas: I – Os fundamentos de um novo modelo agrícola; II – Estado, políticas públicas e relações de poder; e III – Diversificação e coexistência entre diferentes modelos. Nenhum dos autores, em qualquer dos capítulos dessas partes, questiona a importância das contribuições teóricas e metodológicas alcançadas na busca por interpretações para a realidade rural a partir dos conceitos ‘complexo agroindustrial’ e ‘agronegócio’. O que se vê no livro é a defesa da necessidade da intuição e do ‘nascimento’ de uma nova visão sobre a cadeia, sobre a rede de atores da agricultura; e que esta visão deve privilegiar menos a finalidade do esquema, em favor da essência dele: a intervenção em processos biológicos.

Um bionegócio, uma “bioeconomia”, portanto. Então, ao ler qualquer das partes, deve-se ter em mente o entendimento de que esse processo ininterrupto de formação das agriculturas empresariais apresenta como resultado atual um ‘modelo’ agrícola inédito, que foge da finalidade exclusivamente alimentar para atender também a objetivos energéticos e industriais, cujos motores são, amiúde, seres vivos aproveitados como reatores industriais.

A centralidade do espaço na orientação da busca dessa nova ‘concepção’ e do seu ‘parto’ fica evidente quando, por exemplo, coloca em debate a análise das novas formas de uso e a ocupação do território associadas ao incremento desse inédito modelo, com foco privilegiado na intensificação da urbanização, nas novas relações campo-cidade e na reestruturação urbana e regional – quando nota que, para tanto, se pode e se deve propor um novo recorte espacial para as análises desse processo: as regiões produtivas do agronegócio e as cidades do agronegócio. O lugar de relevo do homem se manifesta quando, por exemplo, aponta a “incontestável eficiência material e simbólica” dos promotores desse modelo na instalação de uma nova visão do meio agrário, na qual conta muito para o reconhecimento social do produtor a sua capacidade de se converter na imagem do empresário de sucesso. Isto é, quando indica que essa conformação produtiva exigiu a emergência simbólica de um novo homem: o “agroinovador”. E a categoria tempo, claramente, está irremediavelmente atada à ideia de mudança, a qual perpassa todos os capítulos.

Ao final, vi este livro como uma proposta para um rumo inicial nessa discussão presente e inadiável e um chamado para a colaboração na construção dessa nova abordagem requerida pelo objeto em análise. Para tanto, provoca-nos com algumas questões em aberto, como por exemplo: “Como abordar, de forma heurísticamente proveitosa, a distinção, dentro da agricultura empresarial, entre estruturas ainda próximas do modelo familiar e aquelas lideradas por pessoas totalmente externas ao setor? Que tipo de atuação, a partir de quais lógicas e quais os efeitos sobre o conjunto da produção agrícola caracterizam as formas empresariais que contam com grande aporte de financiamentos extrafamiliares e extrabancários, como os fundos de investimentos?” E mais, pergunto eu, existem similaridades causais e de efeitos entre esses múltiplos processos locais de transformação que nos permitem tipificá-los, compará-los e proceder analogias nas diferentes escalas de análise requeridas para o entendimento teórico do fenômeno?

Digo, por fim, que, por uma impressão precipitada causada pelo título do livro, talvez pareça um tanto restrito o interesse nele por aqueles que lidam especificamente com o entendimento da dinâmica espacial das agropecuárias empresariais. Digo dessa percepção apressada que se trata

de um engano. Apenas como exemplo – pois são diversos os interesses que ele deve despertar –, qualquer um que espere entender a dinâmica das mudanças na cobertura florestal para além da sua aparência e em qualquer formação pode e deve se interessar por este esforço descritivo e analítico de parte fundamental da essência desse fenômeno, na sua expressão que possui ritmo e abrangência mais intensos: as transformações das paisagens pelas agriculturas (ou agropecuárias) empresariais. Sem dúvida, é também de agudo interesse para aqueles preocupados com os estudos rurais em geral, nos âmbitos e enfoques próprios de cada disciplina, como a Economia, a Economia Política, a Geografia, a Sociologia, a Agronomia, a Ciência Política, a Antropologia, a Administração, a Ecologia de Paisagens etc.

Em resumo, trata-se de leitura importante para quem pretende estudar, a partir de diferentes realidades e perspectivas acadêmicas, os movimentos dos territórios e populações rurais, assim como as relações de poder e os atores em disputa nesse momento de transição do Agronegócio para uma Bioeconomia.

### Referências bibliográficas

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012.

MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MISES, L. von. *Ação humana: um tratado de economia*. Campinas: Vide Editorial, 2015.

SERRES, M. *Hominescências: o começo de uma nova humanidade?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BÜHLER, Eve Anne, Martine Guibert e Valter Lúcio de Oliveira (Orgs.). *Agriculturas empresariais e espaços rurais na globalização: abordagens a partir da América do Sul*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2017, 288 p.

Recebido em março de 2018.

Aceito em maio de 2018.